

# 20 DE FEVEREIRO DE 2010 - MEMÓRIAS VIVAS DO PASSADO



Valter Ferreira  
Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM  
[Valter.ferreira@procivmadeira.pt](mailto:Valter.ferreira@procivmadeira.pt)

Marco Lobato  
Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM  
[Marco.lobato@procivmadeira.pt](mailto:Marco.lobato@procivmadeira.pt)

António Nunes  
Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM  
[Antonio.nunes@procivmadeira.pt](mailto:Antonio.nunes@procivmadeira.pt)

## Introdução

A Região Autónoma da Madeira viveu no dia 20 de fevereiro de 2010, um dos momentos mais marcantes no que concerne à intervenção em Catástrofes, fruto de uma aluvião que atingiu a Região, provocado por valores extraordinários de precipitação intensa, e que deixaram um rasto de destruição na Costa sul da Madeira, onde podemos destacar os concelhos do Funchal e da Ribeira Brava, que lamentavelmente como principal consequência destaca-se várias vítimas mortais, para além dos elevados danos materiais.

À orografia da região, claramente vincada por uma paisagem caracterizada por fortes declives das vertentes, bem como, uma inclinação acentuada das principais linhas de água, conjugou-se um período alargado de chuvas persistentes sensivelmente entre outubro de 2009 e que culminou no dia 20 de fevereiro de 2010, com um fenómeno muito intenso de precipitação, que levou à criação de condições ideais à formação de um evento geohidrológico excepcional, caracterizado por cheias rápidas e violentas com grandes concentrações de material sólido e altamente devastador.

## Objetivos

A resposta a todos os pedidos que surgiam tornava-se uma tarefa quase impossível de satisfazer, tendo sido fundamental que as entidades que lideravam o processo de socorro às vítimas procedessem à definição de prioridades estratégicas.

## Metodologia

Face à gravidade da situação e numa primeira análise à situação tornou-se fundamental que as entidades que lideravam o processo de socorro às vítimas procedessem à definição de prioridades estratégicas nomeadamente:

- Socorrer as populações afetadas;
- Garantir as acessibilidades;
- Providenciar alojamento aos desalojados e iniciar a recuperação das áreas afetadas;
- Reabilitar a economia;

Tornou-se necessário que o Dispositivo de Resposta e emergência fosse sendo reforçado gradualmente com meios e forças necessárias ao apoio às intervenções: Forças Armadas e de Segurança, Autoridade Marítima, Centro de Segurança Social da Madeira, Serviços de Saúde, Gabinete Médico-Legal, para além da mobilização de meios aéreos (civis e militares), de empresas de construção civil e obras públicas e outros órgãos e serviços do Governo Regional da Madeira, bem como o recurso a equipas externas à região provenientes da Autoridade Nacional de Proteção Civil.

## Resultados

As consequências destes fenómenos são imprevisíveis e ultrapassam qualquer limite que possa ser definido, e os danos causados provocaram grande impacto na atuação dos diversos operacionais e entidades empenhadas, nomeadamente perante as dificuldades encontradas que eram comuns nos vários Teatros de Operações espalhados pela Ilha nomeadamente:

- Vítimas mortais e feridos em elevado número e danos em habitações;
- Acessibilidades cortadas em vários pontos da ilha;
- Grande Fluxo de Comunicação - Chamadas Emergência/Dificuldade de comunicações com vários concelhos;
- Deslizamentos de grandes dimensões;
- Ribeiras extravasam os leitos, redes de abastecimento de água e saneamento básico destruídas em vários locais.



Tão importante como a fase de Resposta Operacional revelou-se também a fase de recuperação / reabilitação, onde se consubstanciou a necessidade de restabelecer as condições de vida existentes, e aí o trabalho também se revelou muito articulado e eficiente, uma vez que as condições mínimas foram repostas no menor espaço de tempo possível.

Mas a recuperação / reabilitação foi um trabalho realizado a médio longo prazo da catástrofe, foi também a implementação das mudanças necessárias à redução dos riscos, e isso foi claramente entendido e implementado pela Região Autónoma da Madeira, através da adoção de medidas não estruturais e estruturais, como a criação de Barreiras de retenção de detritos, implementação de sistemas de monitorização dos caudais em tempo real, bem como medidas ao nível da reflorestação das vertentes sobranceiras aos leitos das ribeiras.

## Conclusão

A aluvião de 20 de fevereiro de 2010 para além de ser um marco importante no passado, venceu claramente a resiliência dos madeirenses até ao presente, e esperamos para o futuro, face à vulnerabilidade da nossa ilha perante estes fenómenos, bem como um despertar de mentalidades para a necessidade de um maior investimento nesta área quer seja na prevenção e sensibilização das populações, na preparação e adoção de medidas estruturais e monitorização do risco, e naturalmente na fase da resposta através de um maior reforço de capacidades dos vários Agentes de Proteção Civil.